RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprova requerimentos para fortalecer fiscalização da administração pública

ALMT aprova requerimentos de informações sobre Saúde, Educação, infraestrutura e políticas públicas do Estado

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou diversos requerimentos durante sessão ordinária realizada na quarta-feira (8), visando intensificar a fiscalização parlamentar sobre a gestão pública estadual. As solicitações de informações abrangem questões críticas relacionadas ao quadro de pessoal nas áreas de Saúde e Educação, além de processos de concursos públicos e planejamento de novas contratações.



Foto: ANGELO VARELA / ALMT

Na pasta da Saúde, a Assembleia aprovou os Requerimentos 477/2026 e 478/2026, direcionados à Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag/MT). O objetivo é obter um diagnóstico completo sobre os recursos humanos da rede estadual, incluindo quantitativos de servidores efetivos e temporários, identificação de vagas disponíveis, análise de vacâncias ocorridas desde a homologação do concurso vigente, número de candidatos já nomeados, aprovados aguardando chamamento e perspectivas de futuras nomeações.

Os documentos solicitados também abrangem informações detalhadas sobre contratos de natureza temporária, permitindo avaliar a real demanda por provimento de cargos permanentes e o aproveitamento integral de candidatos aprovados no processo seletivo de Saúde.

Na Educação, o Requerimento 479/2026 foi aprovado com pedidos de dados sobre a gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado de Educação (Seduc/MT). A solicitação inclui levantamento de cargos

permanentes preenchidos e vacantes, quantitativo de candidatos remanescentes em cadastro de reserva, histórico de convocações, nomeações, posses e vacâncias registradas após homologação do concurso público.

Complementarmente, deverão ser fornecidos registros sobre contratos temporários em funcionamento na rede estadual de ensino, segmentados por cargo, localização municipal e respectiva Diretoria Regional de Educação (DRE). Também serão avaliados os critérios utilizados para futuras convocações, estudos de necessidade de nomeações, perspectivas de aproveitamento do cadastro de reserva e estratégias para priorizar o preenchimento de vagas permanentes antes da abertura de novos concursos.

Além dos temas relacionados a servidores públicos e processos seletivos, a ALMT aprovou requerimentos adicionais de relevância para a administração estadual e para a sociedade mato-grossense. Destaca-se a aprovação de solicitação de informações sobre as políticas de crédito implementadas pela Desenvolve MT, com requisição de documentação relativa à execução dos programas institucionais durante os exercícios de 2024 e 2025.

Outro requerimento aprovado foi o de número 481/2026, que busca esclarecimentos acerca da descontinuação do atendimento presencial oferecido pelo Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) no distrito de Guariba, localizado em Colniza.

Na esfera de infraestrutura, a Assembleia aprovou o Requerimento 483/2026, que demanda informações técnicas e documentação pormenorizada sobre as obras de implantação do corredor de ônibus rápido (BRT) em Cuiabá, abrangendo aspectos relacionados à concepção viária, segurança de tráfego e padrões de execução dos trabalhos.

Igualmente aprovado foi o Requerimento 482/2026, endereçado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (Ager-MT), ao Ministério Público Federal e à concessionária Energisa Mato Grosso. O documento solicita a abertura de procedimento fiscalizatório para investigar potenciais irregularidades relacionadas à utilização da infraestrutura da empresa de fornecimento de energia.

Completando a agenda, a Assembleia aprovou a suspensão temporal do funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde durante o período de recesso parlamentar, conforme o Requerimento 485/2026, e a extensão por mais 180 dias das atividades da Comissão Especial encarregada de monitorar e avaliar a condição da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, de acordo com o Requerimento 486/2026.